



## de Portugal

Porto, 21 de Janeiro de 1919.

### SUMARIO

#### Presidencia da Junta Governativa

**Decreto n.º 8,** abolido em Portugal e seus domínios o regimen republicano e restabelecendo a monarchia

**Decreto n.º 9,** suspendendo as garantias constitucionaes

**Decreto n.º 10,** ordenando que a publicação de todos os annuncios, editaes e publicações, que se faziam no «Diario do Governo», se façam d'ora avante no «Diario da Junta Governativa»

**Decreto n.º 11,** é auctorizada a organização do Batalhão de Voluntarios Academicos

**Decreto n.º 12,** readmittindo os funcionarios afastados do serviço publico por motivos politicos

**Portaria,** ordenando que os ordens de pagamento sejam visados pelos chefes de contabilidade dos respectivos ministerios

#### Ministerio do Reino

**Decreto n.º 13,** o batalhão n.º 5 da antiga Guarda Nacional Republicana passa a denominar-se «Guarda Real do Porto»

**Despachos,** exonerando o Inspector da Policia Judiciaria do Porto e nomeando o Inspector da policia da mesma cidade

#### Ministerio das Relações Exteriores e da Justiça

**Decreto n.º 14,** revogando a lei de 20 de Abril de 1911, que estabeleceu a separação das Egrejas do Estado

#### Ministerio da Fazenda

**Despachos,** concedendo 30 dias de licença ao Director da Alfandega do Porto e nomeando Abel Martins Pinto para exercer, em commissão, o mesmo cargo

#### Ministerio das Obras Publicas

**Portaria,** nomeando administrador de J. dos Correios e Telegraphos

#### Ministerio da Agricultura, Commercio, Industria e Trabalho

É concedido feriado em todas as faldas dependentes d'este ministerio

Em virtude do difficuldades materiaes de impressao, deixou de publicar-se hontem o «Diario da Junta Governativa».

### Presidencia da Junta Governativa

#### Decreto n.º 8

Interpretando o sentimento nacional, expresso pelas ardentes aclamações do Exercicio de terra e mar e pelo Povo Portuguez; considerando que a aclamação de S. M. El-Rei o Senhor D. Manoel II importa o reconhecimento e a accitação das leis constitucionaes do Reino, que o mesmo Augusto Senhor jurou cumprir e guardar e que são a base fundamental da organização monarchica do Estado Portuguez; atendendo á conveniencia e necessidade de definir os direitos e deveres de todos os cidadãos portuguezes, annullando e revogando as leis republicanas que respectam á constituição politica do Estado, a Junta Governativa do Reino, em nome d'El-Rei, ha por bem decretar o seguinte:

**Artigo 1.º**—É abolido em Portugal e seus domínios o regimen republicano e restabelecida a Monarchia Representativa.

**Art. 2.º**—Entra immediatamente em vigor a Carta Constitucional da Monarchia Portugueza de 29 de abril de 1826 e as reformas constitucionaes promulgadas até 4 de outubro de 1910.

**Art. 3.º**—É restaurada a Dynastia da Serenissima Casa de Bragança na Pessoa do Seu Augusto Representante Sua Magestade El-Rei O Senhor Dom Manoel II.

**Art. 4.º**—O poder legislativo e executivo pertence provisoriamente á Junta Governativa do Reino.

**Art. 5.º**—Fica revogada toda a legislação em contrario, e especialmente as leis constitucionaes promulgadas pela republica.

Os ministros e secretarios de Estado de todas as repartições o façam publicar e cumprir como n'elle se contém.

Porto e Paços da Junta Governativa do Reino, 20 de Janeiro de 1919.

Henrique de Palva Couceiro  
Antonio Sollari Allegro  
Visconde do Banho  
Luiz Cypriano Coelho de Magalhães  
Conde de Azevedo

### Decreto n.º 9

Sendo necessario assegurar por maneira rapida e efficaz a manutenção da ordem publica emquanto durarem as naturaes perturbações que são consequencia da mudança de regimen politico, a Junta Governativa do Reino, em nome d'El-Rei, ha por bem decretar o seguinte:

**Artigo 1.º**—Ficam suspensas, desde a data da publicação d'este Decreto, as garantias consignadas no artigo 145.º e seus §§ da Carta Constitucional da Monarchia Portugueza.

**Art. 2.º**—Esta suspensão durará pelo tempo que for necessario para a segurança interior do Estado, nos termos do § 34.º do mesmo artigo.

**Art. 3.º**—A Junta Governativa do Reino, ou o Governo que a substituir, dará conta ás cortes, logo que reunidas forem, da execução d'este decreto.

**Art. 4.º**—Fica revogada a legislação em contrario.

Os Ministros e Secretarios de Estado de todas as repartições o façam publicar e cumprir como n'elle se contém.

Porto e Paços da Junta Governativa do Reino, 21 de Janeiro de 1919.

Henrique de Palva Couceiro  
Antonio Sollari Allegro  
Visconde do Banho  
Luiz Cypriano Coelho de Magalhães  
Conde de Azevedo

### Decreto n.º 10

A Junta Governativa do Reino, em nome de El-Rei, ha por bem decretar o seguinte

**Artigo 1.º**—Todos os annuncios, editaes, avisos e outras publicações exigidas por lei e que até agora eram publicadas no «Diario do Governo» serão inseridas d'ora avante no «Diario da Junta Governativa do Reino de Portugal», sem o que não terão nenhuma validade nem produzirão qualquer effeito.

**Art. 2.º**—Fica revogada a legislação em contrario.

Os Ministros e Secretarios de Estado de todas as repartições o façam publicar e cumprir como n'elle se contém.

Porto e Paços da Junta Governativa do Reino, 21 de Janeiro de 1919.

Henrique de Palva Couceiro  
Antonio Sollari Allegro  
Visconde do Banho  
Luiz Cypriano Coelho de Magalhães  
Conde de Azevedo

Henrique de Palva Couceiro  
Antonio Sollari Allegro  
Visconde do Banho  
Luiz Cypriano Coelho de Magalhães  
Conde de Azevedo

### Decreto n.º 11

A Junta Governativa do Reino em nome d'El-Rei ha por bem decretar o seguinte:

**Artigo 1.º**—É auctorizada a organização de um Batalhão de Voluntarios Academicos na cidade do Porto para defesa da Patria e da Monarchia que, tão brilhantemente, acaba de ser restaurada.

**Art. 2.º**—Este Batalhão, logo que seja constituido, fica sujeito ás leis e regulamentos militares do Exercicio com as modificações que oportunamente serão decretadas.

**Art. 3.º**—É auctorizada a incorporação n'este Batalhão dos alumnos da Universidade do Porto que forem officiaes do Exercicio ou da Armada quando não sejam absolutamente indispensaveis ao serviço das suas armas

§ unico—Nos mesmos termos é permitido o alistamento dos alumnos que sejam praças de pret do Exercicio ou da Armada

Os ministros e secretarios do Estado do Reino e Instrucção Publica o façam publicar e cumprir como n'elle se contém.

Porto e Paços da Junta Governativa do Reino, 21 de Janeiro de 1919

Henrique de Palva Couceiro  
Antonio Sollari Allegro  
Visconde do Banho  
Luiz Cypriano Coelho de Magalhães  
Conde de Azevedo

### Decreto n.º 12

A Junta Governativa do Reino em nome d'El-Rei, ha por bem decretar o seguinte:

**Artigo 1.º**—Todos os magistros e funcionarios civis que serviam empregos vitalicios do Estado, ou dos corpos e corporações administrativas, á data de 4 de outubro de 1910, e que, posteriormente, foram demittidos ou afastados da actividade do serviço, serão readmittidos e collocados nos



# Revoluções e Revoltas na Primeira República

## Ensaio sobre Violência Política (1910-1926)

MIGUEL DIAS SANTOS\*



### INTRODUÇÃO

A facilidade com que os republicanos derrubaram a monarquia, na revolução de 5 de Outubro, não pode iludir-nos sobre o papel que a violência política assumiu no conjunto da experiência republicana. Na verdade, o choque entre uma ordem política marcada pelo laicismo e pela secularização e uma ordem marcada pela tradição conduziu a uma ruptura do consenso inicial entre os republicanos e os sectores monárquico-clericais e católicos, entre a cidade e a província. Por outro lado, as dissensões doutrinárias assumidas pelas diferentes correntes do Partido Republicano conduziram a diferendos insuperáveis sobre o projecto republicano, mais conservador para uns, mais radical para outros. Revolucionária para uns, a política devia, para os moderados, gerar consensos, atraindo o mundo conservador. Mas ruptura com o aparente consenso inicial não explica a instabilidade permanente. A crise estrutural do Estado, agravada por contingências conjunturais, como a Grande Guerra, favoreceu a violência política dos sectores que ficavam excluídos do poder.

\* Doutoramento em História Contemporânea pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e investigador no Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da mesma Universidade. Para além de vários artigos em revistas científicas, publicou, entre outros, *Os Monárquicos e a República Nova* (2003), *Arlindo Vicente e o Estado Novo. História, Cultura e Política* (2006), *A Contra-Revolução na I República 1910-1919* (2010).

*Ph.D. in Portuguese Contemporary History from Arts Faculty of Coimbra University; researcher at Coimbra's University Centre for 20<sup>th</sup> Century Interdisciplinary Studies. In addition to numerous articles in scientific journals, he published, among others, Os Monárquicos e a República Nova (2003), Arlindo Vicente e o Estado Novo. História, Cultura e Política (2006), A Contra-Revolução na I República 1910-1919 (2010).*

Arredada da reflexão historiográfica como objecto autónomo,<sup>1</sup> pode aceitar-se genericamente que a violência teve grande influência nas mudanças operadas na estrutura política e institucional da I República.<sup>2</sup> No âmbito deste ensaio, analisamos a violência política durante a vigência do regime inaugurado a 5 de Outubro de 1911, considerando “os planos da violência como elemento de estrutura social, de regulação política e de conteúdo simbólico-cultural”.<sup>3</sup> Isto é, consideramos a violência política e as suas implicações no combate pelo poder e controlo do Estado e a lenta gestação de uma retórica autoritarista, centrada no conceito de “ordem”, e as leituras necessariamente críticas sobre a República e a sua governação.

A revolução republicana, vista como etapa na construção da modernidade política em Portugal, revelará afinal as dificuldades que são ínsitas ao processo revolucionário moderno, como aconteceu com a China. A crise da dinastia manchú, o estado de semicolonização face à Europa e as lutas entre facções internas impediam uma modernização das instituições chinesas. Conspirações e revoltas anteciparam a queda fatal do império milenar, a 12 de Fevereiro de 1912, inaugurando-se uma nova era sob a égide da República. O novo regime, chefiado por Yuan Shikai 袁世凱, haveria porém de confrontar-se com novo ciclo de violência entre o poder e os senhores da guerra.<sup>4</sup>

### SOB O SIGNO DA CONTRA-REVOLUÇÃO (1911-1913)

Em Portugal, a reacção ao programa laicista e secularizador, instituído pelo governo provisório, gerou

DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS



## TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES



a primeira grande ruptura com a República operada pelo sector conservador, monárquico-clerical. Entre 1911 e 1913, a República teve que confrontar-se com a reacção dos sectores que defendiam a tradição e temiam a evolução do regime para uma “democracia de massas”.

Durante esta conjuntura, a violência política repartiu-se entre a acção dos voluntários da República e da Carbonária, empenhados na defesa do regime, e a actividade subversiva dos sectores monárquico-clericais. A conspiração interna mantinha ligações estreitas com a emigração, na Galiza e outras regiões de Espanha, em Paris, Londres e Brasil, de onde veio importante contribuição financeira para a contra-revolução. A Portugal chegavam armas e bombas através da Galiza e de outras regiões de fronteira, como provam as múltiplas apreensões feitas em diferentes regiões, como em Ponte da Barca, onde o governador civil de Viana do Castelo apreendeu 55 pistolas automáticas, 4 carabinas, 38 cartuchos para carabinas e 400 cartuchos para pistola.<sup>5</sup> Os sectores mais envolvidos em actividades subversivas incluíam os antigos caciques monárquicos, os influentes locais, padres e militares, que manobravam as populações no sentido de preparar uma revolta geral contra a República. O resultado visível dessa intensa acção contra-revolucionária foi um conjunto de levantamentos populares, no Porto e regiões limítrofes e região de Castelo Branco e, em 1912, nas terras de Basto, em Celorico e Cabeceiras de Basto, onde as populações, orientadas pelo clericalismo e pelo caciquismo, responderam ao chamamento dos sinos da igreja e, armadas de foices, de enxadas e cacetes, invadiram os edifícios concelhios e arvoraram a bandeira monárquica.

Este arremedo contra-revolucionário ficaria sobretudo conhecido pelas incursões monárquicas de 1911 e 1912. A primeira teve apenas uma troca de tiros em Vinhais, mas a segunda desenhou-se através de ataques à praça de Valença e a um longo combate em Chaves, a 8 de Julho de 1912. A coluna de Paiva Couceiro, com 470 homens armados com 360 espingardas *Mausser*, com 120 cartuchos por arma e duas peças de artilharia, haveria de travar um longo combate, durante cerca de 8 horas, na madrugada de 8 de Julho, contra 170 praças de Cavalaria 6, Infantaria

Uma manifestação anticlerical em Lisboa, em Janeiro de 1912.  
In *Ilustração Portuguesa*, 1912, vol. 1.

## DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

19 e Guarda Fiscal, antes de retirar vencido para a fronteira, levando atrás de si cerca de 30 mortos e 150 feridos.

A violência política da contra-revolução contaria ainda, nesta primeira conjuntura, com a “primeira outubrada”, tentativa de revolta liderada por João de Azevedo Coutinho, que terminou com a destruição das redacções dos jornais *O Dia* e *A Nação*. No total, neste período, a contra-revolução monárquica provocou cerca de 80 mortos e centenas de feridos, e o país “gastou muita energia” nos confrontos através da mobilização de meios humanos e materiais de valor considerável. As prisões encheram-se de prisioneiros políticos para os quais se criaram tribunais especiais, o Tribunal das Trinas, atacaram-se e incendiaram-se igrejas e destruíram-se jornais. As tensões e os ódios aumentaram, enquanto o regime foi forçado a criar legislação penal de excepção para fazer face às ameaças da contra-revolução.<sup>6</sup>

No campo republicano, este período ficou igualmente pela tensão entre a República e os sectores operários, que esperavam a melhoria das condições de vida e de trabalho. Ao contrário da expectativa geral, firmada no “bacalhau a pataco”, registou-se uma subida de preços enquanto os salários não se alteravam. Apesar da instituição do descanso semanal, os protestos e as greves aumentaram ao longo de 1911, tendo-se registado 161 greves, com a oposição crescente dos patrões e do próprio o governo provisório. As greves começaram a ser controladas e reprimidas pela GNR, pelo exército e até pelos batalhões de voluntários de defesa da República. Muitas organizações operárias foram encerradas pelos administradores de concelho, e o movimento operário alvo da hostilidade da República, impotente para resolver a questão social. Os mais radicais, ligados ao anarco-sindicalismo, começaram a atacar a República, acusando o regime de servir os interesses da burguesia e reprimir a classe trabalhadora.<sup>7</sup> Um dos momentos de maior tensão aconteceu em Setúbal, quando uma greve do sector das conservas foi reprimida pela GNR, que matou dois grevistas e prendeu alguns activistas operários.

No início de 1912, foi proclamado o estado de sítio para responder a nova vaga de greves e



Afonso Costa.

manifestações dos trabalhadores, que começaram no Alentejo mas depressa se alargaram a Lisboa e Porto. Em 1913, durante o governo de Afonso Costa, agravou-se a tensão dentro do campo republicano, com a revolta de 27 de Abril, levada a cabo por sócios da *Federação Radical Republicana* e da *Sociedade n.º 1 de Instrução Militar Preparatória*. Os revoltosos tentaram sublevar várias unidades militares de Lisboa, sob o comando do capitão Lima Dias, de Infantaria 5, gritando vivas à “República radical”. Os distúrbios provocados por republicanos radicais continuaram com tiroteio e ataques com bombas em Lisboa, terminando noutra tentativa revolucionária, a 20 de Julho. A actividade da “Formiga Branca” aumentou de actividade neste período, com ataques a jornais adversários, como o *Dia*, incendiado e destruído.

Em síntese, a violência política desta primeira conjuntura resultou das rupturas operadas, à direita, por conservadores do bloco monárquico-clerical e católico; à esquerda, pelo operariado e anarco-sindicalismo e pelos radicais republicanos. Se uns recusavam a modernidade política da República, os radicais reivindicavam a República social e progressista que tinha sido prometida no período da propaganda republicana. A guerra, mais do que gerar consensos, aprofundou divisões e trouxe o exército para o conflito político.<sup>8</sup>

## A GRANDE GUERRA E A VIOLÊNCIA POLÍTICA (1914-1919)

A eclosão da I Guerra Mundial aprofundou as divisões políticas e ideológicas em Portugal e favoreceu o surgimento de novos focos de violência política. Entre 1914 e 1919, data em que se realizou a conferência de Paz em Versalhes, Portugal assistiu a um vasto conjunto heteróclito de movimentos políticos e militares, entre conspiratas, revoltas (ou tentativas), levantamentos e manifestações populares, revoluções e pronunciamentos. Junte-se a copiosa propaganda a favor e contra a guerra, as actividades de espionagem e contra-espionagem e o agravamento das condições de vida, os ataques de populações famintas, e o quadro

## TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

político-social deste período revela as profundas clivagens sociais da República e o agravamento da conflitualidade política.

O ano de 1914 ficou marcado pelo início da guerra e, em Portugal, pela divisão do país entre intervencionistas e anti-intervencionistas. Nos primeiros militavam o Partido Democrático e os sectores do exército próximos dos “Jovens Turcos”, onde pontificavam oficiais como Correia Barreto, Sá Cardoso, Vitorino Godinho, Maia Magalhães e Pereira Bastos, entre outros, defensores da reforma do exército dentro do espírito democrático e republicano. O campo oposto recebeu toda a casta de descontentes, desde os republicanos moderados aos radicais, como Machado Santos, até aos monárquicos, católicos, socialistas e operários. O vasto sector antiguerrista defendia a intervenção para defesa das colónias, atendendo ao

consenso nacional que existia em torno do nosso património colonial.<sup>9</sup>

A primeira manifestação de violência política contrária aos desígnios belicistas teve coloração monárquica, foi a chamada “Segunda Outubro”, resultado de uma intensa actividade conspiratória interna com ligações a Espanha, onde chefiava João de Azevedo Coutinho. Apesar de contrária à política traçada por D. Manuel a partir do exílio, a revolta de Maфра iniciou o conjunto de movimentos político-militares contrários à beligerância portuguesa. Voltou a falhar a maior parte da máquina conspirativa, com uma organização alargada no território nacional, e o movimento resumiu-se a um ataque de civis à Escola de Tiro de infantaria, que se armaram com 200 espingardas e 2800 munições, para avançar em direcção a Lisboa. A coluna foi travada depois de uma

Uma manifestação em Lisboa de protesto contra as greves em 1911. In *Ilustração Portuguesa*, 1911, vol. 1.



## DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

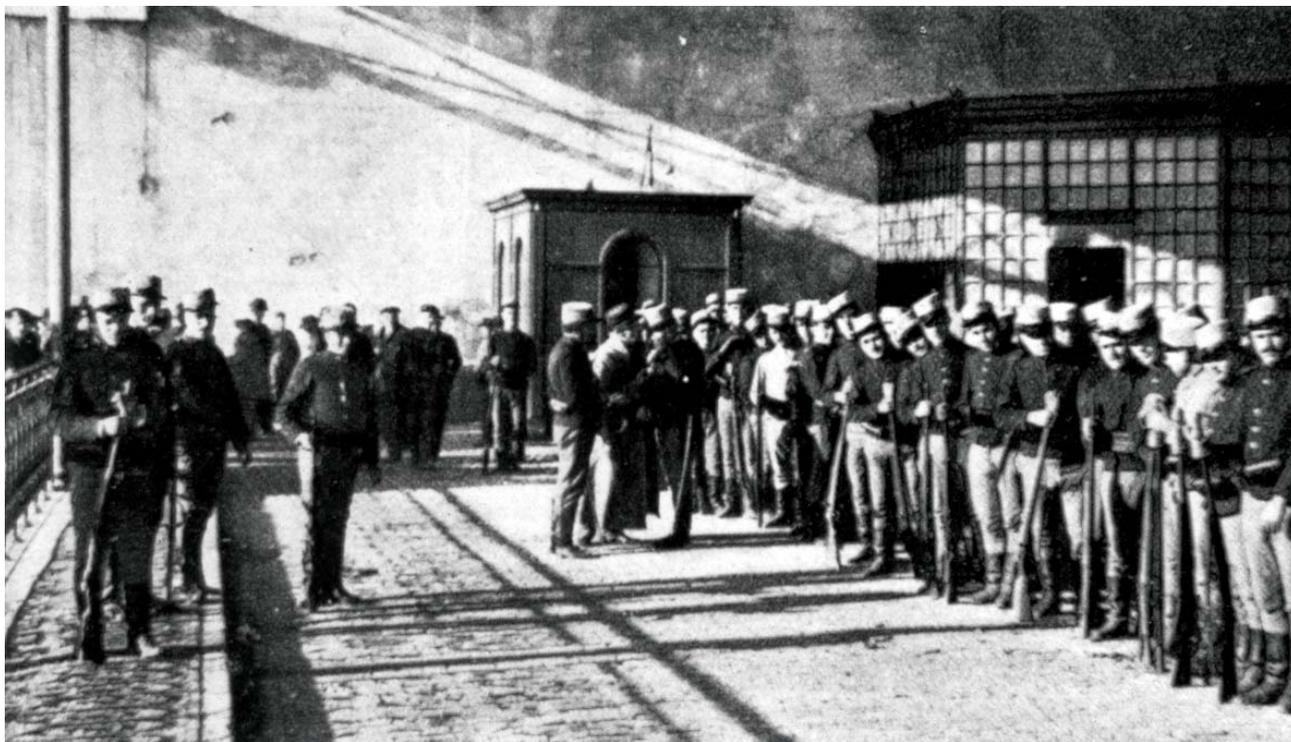
pequena escaramuça militar perto de Torres Vedras, e no resto do país registaram-se cortes de linhas de comunicação e ataques bombistas a pontes e linhas de caminho-de-ferro.

Em reacção, fizeram-se centenas de prisões de civis e militares e foram expulsos do país políticos proeminentes da Causa Monárquica, para além dos já clássicos ataques aos jornais realistas, como *O Dia*, *A Nação*, *Jornal da Noite*, *Restauração*, *Talassa* e *Ridículos*.<sup>10</sup>

A tensão crescente entre o governo e o exército acendrou a dinâmica conspirativa de muitos oficiais contrários ao Partido Democrático, empenhados num movimento militar. Foi quando o Presidente Manuel de Arriaga resolveu a tensão com a estrutura militar, convidando o general Pimenta de Castro para governar. As facilidades criadas à organização dos monárquicos, incluindo uma amnistia geral, e a integração dos oficiais afastados pelo democratismo aumentaram a conflitualidade social e provocaram a reacção do radicalismo republicano, criando condições para uma das mais violentas revoluções, o 14 de Maio. O comité revolucionário era constituído por Sá Cardoso, Álvaro de Castro, Norton de Matos, António Maria

da Silva e Leote do Rego e a revolução reproduziu o modelo de 5 de Outubro. A marinha bombardeou posições oficiais em Lisboa a partir dos navios de guerra fundeados no Tejo, enquanto grupos de civis coadjuvavam a infantaria a atacar os regimentos fiéis ao governo, como Infantaria 16, chefiado por Gomes da Costa e Gonçalo Pimenta de Castro. Como os reforços da 7.<sup>a</sup> Divisão (Tomar), chefiada pelo general Jaime Leitão de Castro, nunca chegaram, as forças governamentais, comandadas por oficiais passivos, foram facilmente vencidas. A revolução repunha o poder democrático através de um dos mais violentos movimentos militares, que terminou com cerca de 150 a 200 mortos e mais de mil feridos, em Lisboa, Porto e Santarém. Seguiram-se ataques aos centros monárquicos, à Liga Naval, Escola de Guerra, a igrejas e à residência de conhecidos monárquicos. A violência extrema e o ódio associados ao 14 de Maio, que perdurou na memória dos contemporâneos, ditaram vários assassinatos, como o famoso Homero Lencastre, antigo espião republicano agora ao serviço do trono. Mais tarde, João Chagas, convidado para chefiar o governo, sofreu uma tentativa de assassinato do senador João de Freitas, que foi depois brutalmente

A estação do Rossio sob a vigilância dos militares durante a greve dos ferroviários em Janeiro de 1911. In *Ilustração Portuguesa*, 1911, vol. 1.



## TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

espancado pela multidão de populares. As esquadras da polícia foram varridas por actos de vandalismo e saque de bens monetários, perpetrados pelos revolucionários civis que perseguiram os polícias de Pimenta de Castro.

*Entre 1911 e 1913,  
a República teve que  
confrontar-se com a reacção  
dos sectores que defendiam  
a tradição e temiam  
a evolução do regime para uma  
“democracia de massas”.*

Pouco tempo depois, em Agosto, rebentava outra revolta monárquica, preparada entre Lisboa, Braga e Espanha, com o envolvimento dos oficiais da Galiza: Paiva Couceiro, Jorge Camacho, Sousa Dias, Costa Alemão, Satúrio Pires e Júlio da Costa Pinto. O objectivo era conquistar a divisão militar de Braga, revoltando os Regimentos de Infantaria 20 (Guimarães) e 29 (Braga) depois de ataques de grupos de civis. O incumprimento habitual dos oficiais conspiradores explica o insucesso do movimento, apesar de conseguirem entrar em Infantaria 20, e a prisão da maioria dos envolvidos.<sup>11</sup>

Entretanto, as dificuldades com o abastecimento de alimentos e bens de primeira necessidade, o aumento de preços e a inflação generalizada, agravados com a entrada de Portugal na guerra, aumentaram a tensão social e fomentaram diversos assaltos e o confronto com a polícia. As greves e manifestações, os ataques a comboios de alimentos e a lojas e armazéns agravaram a conflitualidade e acendravam o ódio aos democráticos e aos governos da União Sagrada. A “guerra das batatas”, ocorrida a 19 de Maio de 1917, simboliza o estado de espírito das populações famintas, que em diferentes regiões do país, entre 1916 e 1917, assaltaram lojas e comboios comerciais e afrontaram igualmente os administradores de concelho e os açambarcadores. No dia 19 de Maio, milhares de pessoas famintas saíram à rua para assaltar a cidade, mercearias, padarias e armazéns de bacalhau, deixando um rasto de destruição

por todo o lado. O governo reagiu com violência, através da força armada do exército e da GNR, tendo resultado dos confrontos 18 mortos e 56 feridos. O estado de espírito das população, marcada pelo agravamento do custo de vida, dava força aos opositores do governo e do regime, legitimava a larga frente conspirativa contrária à mobilização do exército, envolvendo monárquicos, católicos, clérigos, republicanos e sindicalistas.<sup>12</sup>

No final de 1916, quando se preparava a partida das primeiras forças para o teatro de guerra europeu, Machado Santos ensaiava o primeiro movimento militar contrário à mobilização, marcada para Janeiro de 1917. O insucesso do movimento, conduzindo à prisão Machado Santos, não demoveu as forças contrárias, envolvidas num enorme esforço de propaganda contra a guerra e de uma intensa actividade conspiratória que terminou noutra revolução, iniciada a 5 de Dezembro, e chefiada por Sidónio Pais. Nela estiveram envolvidas forças de Infantaria 23, um esquadrão de Cavalaria 7 e oficiais de Artilharia 1, Infantaria 5 e da Escola de Guerra.

A revolução dezembrista durou três dias e foi uma das mais violentas, contando cerca de 350 mortos e 1000 feridos. Apesar da superioridade das forças leais ao governo, a vitória sorriu aos insurrectos, que beneficiaram da indolência dos radicais, os grupos de civis que desta vez ficaram em casa, e do facto de muitos oficiais democráticos estarem no *front*. Sidónio Pais e os seus “cadetes” contaram, pela primeira vez, com o apoio de muitos civis armados, das associações anarco-sindicalistas e funcionários públicos. Uma multidão varreu completamente a sede do Partido Democrático e os escritórios do jornal *O Mundo*.<sup>13</sup>

O Sidonismo, mais do que ensaiar uma nova solução política, com o presidencialismo, inaugura uma nova fase de violência política, opondo conservadores e radicais, antes de preparar o terreno para os primeiros pronunciamentos do exército. Logo a 8 de Outubro, os radicais republicanos ensaiam uma revolta na marinha, que se repetiu em Maio e Outubro, em Coimbra e Évora. As prisões encheram-se de prisioneiros republicanos enquanto o confronto político-partidário dava azo a abomináveis crimes de sangue, que deixavam os seus autores na mais absurda impunidade. Na noite de 16 de Outubro de 1918 ficou famoso o ataque sinistro a 150 prisioneiros políticos, episódio conhecido como “leva da morte”, de que resultou o homicídio de sete indivíduos,

## DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

incluindo o visconde da Ribeira Brava, e ferimentos em outros 60.<sup>14</sup> No final de Janeiro de 1919 foi também assassinado o monárquico Jorge Camacho, antigo chefe do Estado-Maior da Galiza. Recolhido a Serpa, sua terra natal, depois da amnistia de Sidónio Pais, foi preso e acusado de tentar restaurar o trono no Alentejo. Jorge Camacho foi assassinado quando chegava a Lisboa, no momento em que uma multidão ululante vituperava os presos à saída da estação de comboio, no Terreiro do Paço.<sup>15</sup>

A instabilidade política e social adensa-se com o agravamento das subsistências e a pneumónica, que atingiu mortalmente cerca de 60 mil pessoas. A luta do anarco-sindicalismo, já sob influência dos ventos marxistas, passou entretanto das tradicionais greves sectoriais para uma greve geral, agendada para 18 de Novembro. A manifestação foi brutalmente reprimida pela GNR e por forças do exército e terminou com cerca de mil prisioneiros. Entretanto, as ameaças públicas à vida de Sidónio Pais levaram os sectores militares conservadores a organizarem as Juntas Militares, empenhadas em garantir a continuidade do Sidonismo em caso de assassinato do Presidente da República. O Sidonismo, apesar das sopas dos pobres, revelava-se impotente para debelar a instabilidade crónica, evidenciando as várias fragilidades do Estado. A “Formiga Branca” fora substituída pela “Formiga Negra”, que atacava com a mesma violência figuras republicanas e os seus órgãos de imprensa. No Norte, imperavam os grupos de civis monárquicos que vigiavam, agrediam e prendiam conhecidos revolucionários, muitos casos de vingança, sob a protecção da autoridade policial de Solari Alegre, futuro ministro do reino da monarquia restaurada.

A morte de Sidónio Pais, assassinado a tiro por José Júlio Costa, um ardente republicano, a 14 de Dezembro, provocou um braço de ferro entre as Juntas Militares e o Dezembrismo, sob chefia de Tamagnini Barbosa. Para além do pronunciamento de Monsanto, a 23 de Dezembro, chefiado por João de Almeida, a Junta Militar do Norte, que governava efectivamente no Porto, atacou Vila Real, no dia 6 de Janeiro, para evitar a subida ao poder dos republicanos.

No dia 10 de Janeiro deu-se uma tentativa revolucionária em Santarém, que foi prontamente atacada por forças de Lisboa, Porto e uma coluna de Braga, terminando com 11 militares mortos. Nesta fase, e em reacção, os comandos militares do Norte decidiram

avançar para a restauração da monarquia, concretizada a 19 de Janeiro, através de um pronunciamento e da entrega do poder a uma Junta Governativa presidida por Paiva Couceiro. O movimento monárquico provocou uma curta guerra civil, conhecida como “guerra de boas vontades” devido à baixa intensidade militar dos combates. O conflito desenrolou-se sem grande dureza, com a passividade das forças monárquicas e a falta de munições a facilitarem o avanço da República e o desenlace veloz do conflito. Exceptuando-se alguns confrontos, em Águeda, Angeja, Albergaria-a-Nova, Estarreja e Mirandela,<sup>16</sup> esta última pela intensidade dos bombardeamentos, a guerra civil teve baixa intensidade. Ainda assim, o conflito militar saldou-se pela existência de seis mortos e 27 feridos em combate, do lado republicano, num total de cerca de 150 mortos e centenas de feridos.<sup>17</sup>

Em Lisboa, as forças de Cavalaria e a Artilharia de Queluz, que ocuparam Monsanto, a 22 de Janeiro, não resistiram aos ataques dos revolucionários civis e de forças comandadas por Vieira da Rocha: um batalhão da Marinha, um grupo de metralhadoras, uma companhia da GNR, parte dos Regimentos de Infantaria 1 e 11 e praças dispersas vindas de Infantaria 16. A maioria dos regimentos de Lisboa manteve uma estranha neutralidade.

Terminava assim, no início de 1919, o conjunto de perturbações e de violência resultante da conjuntura de guerra.<sup>18</sup> O regresso dos democráticos ao poder, em vez de pacificar a sociedade, viria a açodar o descontentamento geral, plasmado na pulverização do sistema partidário. A derrota do movimento monárquico praticamente anulou a questão do regime, mas a violência não desapareceu. A questão social redobrou de intensidade e o estado republicano continuaria sob fogo cerrado, incluindo do exército, até 1926.

## REVOLUÇÃO SOCIAL E REVOLTAS MILITARES (1919-1926)

A terceira fase da violência republicana mantém a diversidade de actores sociais, com a substituição da ameaça monárquica pela ameaça operária: os operários e as associações sindicalistas, sob influência do movimento marxista, desenvolveram acções violentas de contestação, que incluíam greves, ataques bombistas, incêndios e destruição de vias

TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES



Stônio Pais.

## DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

de comunicação e equipamentos sociais; a GNR e o exército envolvem-se em conspirações e tentativas de revolta com idiossincrasias ideológicas distintas, isto é, de um lado os sectores radicais da Marinha e do Exército, defensores da república ideal, mais radical e progressista; do outro lado, o exército dos moderados e conservadores, muitos inimigos “da política”, apostado em intervir para regular a política e impor a “ordem” e a “autoridade” do Estado.

*O Sidonismo, mais do que ensaiar uma nova solução política, com o presidencialismo, inaugura uma nova fase de violência política, opondo conservadores e radicais, antes de preparar o terreno para os primeiros pronunciamentos do exército.*

Com efeito, depois de derrotada a ameaça monárquica, o país viu-se envolvido num turbilhão de agitação social protagonizado pelos sectores operários e sindicalistas, liderados pela União Operária Nacional, e denunciando já a influência marxista. As greves e manifestações constantes dos operários, o incêndio do edifício dos correios, em Lisboa, em 1919, e os panfletos a apelar à revolução social, revelavam a extensão do movimento trabalhador. Em Junho, o Parlamento era confrontado com o ataque policial à sede da União Operária Nacional onde, segundo o governo, a polícia teria encontrado quatro bombas de dinamite prontas a explodir. No Barreiro, a GNR fora autorizada a abrir fogo sobre os grevistas. Dos confrontos entre as autoridades e os manifestantes resultaram 30 prisões e o arremesso de bombas contra vários carros eléctricos de Lisboa. Nos anos seguintes, Lisboa assistiu a um intenso combate vindo dos sectores operários que frequentemente fazia acompanhar as reivindicações grevistas de atentados com bombas.

No campo republicano, as tensões internas e a desconfiança face ao Exército explicam o reforço do

GNR, ao nível dos meios humanos e recursos bélicos. Com efeito, desde 1919 que a reforma da GNR, protagonizada pelo Partido Democrático, a preparava para defender o regime da ameaça conservadora do Exército e do crescente espírito revolucionário. O decreto n.º 5568, de 10 de Maio de 1919, criava uma verdadeira força militar, comandada por retintos republicanos (que tinham que comprovar a fé republicana), determinava o aumento dos efectivos e a atribuição de um arsenal de artilharia e metralhadoras pesadas.

A GNR, sob a liderança de Liberato Pinto, interferiu na luta político-partidária e subversiva ao lado do republicanismo de esquerda, contribuindo para o ambiente de perturbações que marcou este período da República. Em 1921, participou em duas tentativas revolucionárias falhadas mas, a 19 de Outubro, uma revolta chefiada por Manuel Maria Coelho, com a Marinha e oficiais da GNR, conseguiu o poder pela força. Essa revolta ficou marcada pela violência extrema, de que resultou o cruel assassinato do chefe de governo, António Granjo, juntamente com Carlos da Maia e Machado Santos, todos heróis do 5 de Outubro e acusados de apoiar as forças conservadoras, nomeadamente a “República Nova”. Foram igualmente assassinados o comandante Freitas da Silva e o coronel sidonista Botelho de Vasconcelos, para além de um motorista. O ajuste de contas com o sidonismo parece ter instigado a violência da dramática “noite sangrenta”.<sup>19</sup>

Nos anos seguintes continuaram as revoltas ou tentativas de revolta da responsabilidade dos sectores radicais, como o golpe de 10 de Dezembro de 1923, chefiado pelo capitão-de-fragata João de Carvalho. A instabilidade crónica, porém, ia estimulando um discurso intervencionista da caserna, vindo dos sectores políticos e intelectuais, como a *Seara Nova*, que começou a defender uma ditadura reformista como solução temporária para a instabilidade política. Inspirados em Espanha e em Primo de Rivera, os sectores militares nacionalistas, monárquicos e integralistas tentaram um movimento militar no dia 18 de Abril de 1925, envolvendo Sinel de Cordes, Raul Esteves e Filomeno da Câmara. O conflito com as unidades militares fiéis ao governo de Vitorino Magalhães teve como consequência 14 mortos mas, apesar de derrotado, serviria de antecâmara para uma intervenção mais vasta que derrubou a República a 28 de Maio de 1926.<sup>20</sup>

## TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

A CRISE DO ESTADO  
E A RETÓRICA AUTORITARISTA

A violência política da República, analisada em simples bosquejo, reflecte afinal a crise do Estado, visível já no final da Monarquia e aprofundada durante a República. Um dos elementos nodais do estado moderno reside no facto de dispor do monopólio do exercício da força, do poder coercivo. Durante a República, pelo contrário, a violência política funcionou como elemento estruturante das relações político-sociais e como instrumento de combate pelo poder. Durante anos, a República permitiu e instrumentalizou a utilização da força por grupos de civis, fosse a Carbonária, os muitos “Grupos de Voluntários” ou a famosa “Formiga Branca”, grupos radicais que nas principais cidades zelavam pela pureza ideológica do regime e pelo predomínio do Partido Democrático. Os batalhões de voluntários possuíam uma pequena estrutura formal que dependia directamente do Ministério do Interior ou dos Governos Civis, tinham uma organização paramilitar e faziam treino regular

sob a supervisão de um oficial ou sargento do Exército. Juntamente com a Carbonária, organização onde se recrutavam os cabecilhas, atacavam e destruíam jornais da oposição, procediam à espionagem, vigiavam, prendiam, espancavam e, em alguns casos, executavam os “inimigos” da República.

Os adversários políticos, uma vez no poder, durante o governo de Pimenta de Castro, mas especialmente durante o Sidonismo e a Monarquia do Norte, procederam do mesmo modo, protegendo e estimulando a intervenção de grupos de civis fiéis ao governo. Durante a Monarquia do Norte, os grupos de civis organizaram-se em forças policiais paralelas, exercendo poderes sobre outros cidadãos, apenas com o beneplácito do ministro do reino, Solari Alegro. O exercício arbitrário da força, tolerado ou estimulado, explica não só o volume de conspirações, revoltas e revoluções, muitas abortadas, é certo, mas adensando o ódio político. Resultou deste ódio político um número elevado de assassinatos políticos cometidos durante este período, fossem monárquicos, republicanos e padres. O homicídio político constituiu uma das formas mais

Postal comemorando a 1.ª incursão de Paiva Couceiro, com as respectivas vinhetas.



## DUAS REVOLUÇÕES, DOIS CENTENÁRIOS

vulgarizadas de violência política desta conjuntura conturbada, atingindo chefes de estado, como Sidónio Pais, ou simples militantes políticos anónimos. A matança hedionda de 1921, onde pereceram Machado Santos, António Granjo e Carlos da Maia, que ficou para a história com o nome sinistro de “a noite sangrenta”,<sup>21</sup> abalou profundamente a opinião pública da época, mas era apenas um sintoma de uma prática corrente que nem sempre foi devidamente punida pelas autoridades judiciais. Não existem números oficiais para este tipo de crimes, algumas fontes referem 27 outras 34, até 1919.<sup>22</sup> Mas as vítimas mortais apresentam números perturbadores para um observador actual, como, aliás, para muitos coevos. No geral, terão morrido em resultado da violência política da República mais de 1500 pessoas,<sup>23</sup> para além de milhares de prisioneiros. É um número superior ao número de vítimas mortais de soldados portugueses na I Guerra Mundial, que na frente europeia se cifrou em 1341 indivíduos.

Ao nível da retórica, a violência política foi desde cedo explorada pelos adversários políticos. Os panfletos da Galiza justificavam as movimentações anti-republicanas com os excessos e as violências praticados pela “tirania” republicana. Num panfleto dirigido “À Marinha Portuguesa” invocava-se o ambiente de dissolução que ameaçava os alicerces da sociedade para fazer a contra-revolução num país onde “imperava a anarquia e a “indisciplina social é completa”.<sup>24</sup> Outro “Manifesto”, saído da lavra de Paiva Couceiro, distribuído com a primeira incursão da Galiza, evocava o terror da “minoridade republicana” instituído como garantia de sobrevivência do regime:

“Abandonada pela opinião geral, a República entrou, então, de frente e resoluta, no período declarado dos desvarios tirânicos e escandalosos, procurando pela corrupção, pelo terror, e pela força, conservar entre mãos a autoridade, que lhe fugia, sem mesmo, na cegueira do seu facciosismo feroz, se preocupar com a contradição flagrante, que processos dessa espécie significavam, ao serviço de uma intitulada democracia liberal”.<sup>25</sup>

Para além da legitimidade, a violência assumiu papel determinante como referente simbólico-cultural para a maioria dos coevos, que depressa associaram o regime republicano à violência política. A retórica anti-republicana elaborou, ao longo dos 16 anos do regime,

e prolongou-a depois no Estado Novo, a tese de uma “república sanguinolenta”, feroz e anárquica, que tinha no regicídio a sua génese, a sua matriz fundacional. O legitimista João Franco Monteiro gravou nas páginas da *Nação* o sentimento crescente de muitos portugueses:

“gerada a república numa poça de sangue, nunca a ordem poderia assegurar-se em terras portuguesas. Baseou-se o regime no mais nefando crime, porque o era da mesma forma se os assassinos não fossem príncipes, tem os alicerces nos caboucos da dissolvência. A bomba e o tiro, a anarquia e a indisciplina são as lógicas consequências da hecatombe”.<sup>26</sup>

Forjada na violência, a República estaria assim condenada a viver na instabilidade permanente e na desordem, tendo Lisboa como “metrópole europeia do anarquismo, da bomba e da dinamite”.<sup>27</sup> Esta retórica contribuiu para a formação de uma cultura política autoritarista que exaltava a “ordem” como principal tarefa do Estado.

Estruturante na evolução dos 16 anos da República, a violência política foi também determinante para a interpretação historiográfica ulterior e para a propaganda anti-republicana. Na historiografia do Estado Novo, a violência “demagógica” dominou um discurso histórico que legitimava as soluções ditatoriais da “Nova Ordem”, apresentadas como a antítese da “Balbúrdia sanguinolenta” republicana.<sup>28</sup> A tese, apesar de desprovida de algumas das suas nuances ideológicas, foi recuperada por outras leituras historiográficas mais recentes, para as quais a sobrevivência da República e o domínio do Partido Democrático se alicerçaram no “terror jacobino”.<sup>29</sup>

Em resumo, e para terminar, parece assim claro que o fenómeno da violência política durante a I República só será devidamente compreendido se o equacionarmos à luz do confronto de “ideologias, crenças e percepções que incitam ao ódio entre pessoas e grupos, à hostilidade, e que são chaves na instigação de certos conflitos políticos”.<sup>30</sup> Por outro lado, a generalização da violência pode ser entendida como ausência de regulação imposta pela erosão da autoridade moral. É pelo menos a tese de Durkheim, segundo a qual é necessário conferir autoridade moral às normas e às práticas sociais, “sem as quais a disciplina se apresentará como pura regulação externa, artificial”.<sup>31</sup> Para este sociólogo,

## TWO REVOLUTIONS, TWO CENTENARIES

a violência resulta da ruptura com a solidariedade e o sistema de normas e valores, expondo a ambição e os desejos mais extravagantes do ser humano.<sup>32</sup> A falta de consenso ou coesão social em torno do novo regime explicam o desinteresse pela ordem social, estimulando a conflitualidade e a violência política e

social permanentes como instrumentos de combate pelo poder. A violência política institucionalizara-se mas haveria de provocar uma mudança na estrutura política, operada pelo exército, investido de um desígnio nacional, e preparada pelo ambiente ideológico dos anos vinte. **RC**

## NOTAS

- 1 Recentemente foi publicado um livro sobre a violência social na I República. Leia-se Maria Rita Lino Garnel, *Vítimas e Violências na Lisboa da I República*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2007.
- 2 Júlio Arostegui (ed.), “Violência y política en España”, in *Ayer*, 13, Madrid: Marcial Pons, 1994, p. 20. Para este autor, a historiografia deve analisar o papel que a violência desempenha na mudança histórica e investigar o seu significado no contexto das relações políticas.
- 3 *Ibidem*, p. 25.
- 4 Cf. J. M. Roberts, *História do Século XX*. Lisboa: Presença, 2007, vol. 1, pp. 191-195.
- 5 *Diário de Notícias*, n.º 16382, 21-6-1911, p. 1. O mesmo aconteceu em Aveiro: “Acham-se apreendidas: 5 carabinas de cavalaria e uma Mauser, e 23 carregadores com cinco balas cada; uma caixa de madeira com 0,33 m de comprido [...], completamente cheia de balas de diversos tipos; dois lotes de rastilho; 11 caixas de lata com fulminantes para dinamite; 33 cartuchos de dinamite; mais uma grande porção de rastilho, uma caixa de lata com cartuchos carregados; 11 pistolas Browning’s e 31 caixas de balas respectivas. O resultado das diligências efectuadas provam e justificam as medidas de rigorosa investigação a que se tem procedido neste Distrito” (Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT], MI, DGAPC, maço 35, fls. 45-46; ANTT, MI, DGAPC, maço 35, fls. 45-46, doc. n.º 789).
- 6 Foi o caso da Lei de 30 de Maio de 1912.
- 7 Cf. António José Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário: Luta de classes em Portugal, 1917-1919*. Lisboa: Ulmeiro, 1977, p. 54.
- 8 Sobre este primeiro período de violência, leia-se Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução na I República*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2010, I Parte.
- 9 Leia-se Nuno Severiano Teixeira, *O Poder e a Guerra 1914-1918. Objectivos na Entrada de Portugal na Grande Guerra*. Lisboa: Editorial Estampa, 1996.
- 10 Cf. Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução...*, pp. 289-292.
- 11 *Ibidem*, pp. 317-319.
- 12 Sobre este período, leia-se Filipe Ribeiro de Meneses, *União Sagrada e Sidonismo. Portugal em Guerra (1916-1918)*. Lisboa: Edições Cosmos, 2000.
- 13 Cf. Douglas L. Wheeler, *História de Portugal 1910-1926*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1978, pp. 155-156.
- 14 Cf. Sousa Costa, *Páginas de Sangue*, vol. 2 - *Buiças, Costas & C.ª*. Lisboa: Livraria Editora Guimarães, 1939, pp. 245-250.
- 15 Cf. *ibidem*, pp. 273-274.
- 16 Cf. Arquivo Histórico Militar, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 1, pasta 2, “Diário de Campanha” da 5.ª divisão militar.
- 17 Arquivo Histórico Militar, 1.ª divisão, 37.ª secção, caixa 5, pasta 3; *ibidem*, pasta 2, “Diário de Campanha” da 5.ª divisão militar; Douglas Wheeler, *História de Portugal...*, p. 223.
- 18 Sobre este período, leia-se Miguel Dias Santos, *A Contra-Revolução...*, Parte III.
- 19 Cf. Douglas L. Wheeler, *História de Portugal...*, p. 228-230. Leia-se ainda José Brandão, *A Noite Sangrenta*. Lisboa: Publicações Alfa, 1991.
- 20 Cf. Aniceto Afonso, *História de uma Conspiração. Sinel de Cordes e o 28 de Maio*. Lisboa: Notícias Editorial, 2000.
- 21 Cf. José Brandão, *A Noite Sangrenta*.
- 22 O opúsculo *A Obra da República*, pp. 17-18, da autoria do Integralismo Lusitano, indica 34 assassinatos políticos. Douglas L. Wheeler indica que só entre 1915 e 1920, 27 indivíduos foram assassinados por razões políticas.
- 23 Dados que Douglas L. Wheeler refere apenas para o período de 1915-1919, mas que poderão, segundo a nossa investigação, tomar-se como referência para toda a república.
- 24 Biblioteca Nacional de Portugal, Espólio de Luís de Magalhães, caixa 52.
- 25 Transcrito em Carlos Malheiro Dias, *O Estado Actual da Causa Monárquica*. Lisboa: Edição do Autor, 1912, p. 98.
- 26 “8 Anos de Tragédia”, in *Nação*, n.º 161416, 2-2-1916, p. 1.
- 27 Henrique Paiva Couceiro, *A Democracia Nacional*. Coimbra: Edição do Autor, 1917, p. 92.
- 28 Leia-se João Ameal, *História de Portugal das Origens até 1940*, 6.ª ed. Porto: Livraria Tavares Martins, 1968, pp. 693-712.
- 29 Veja-se, entre outros, Vasco Pulido Valente, *A “República Velha” (1910-1917)*. Lisboa: Gradiva, 1997.
- 30 Júlio Arostegui (ed.), “Violencia y política en España”, in *Ayer*, 13, p. 23.
- 31 Vicenzo Ruggiero, *La violencia política. Un analisis criminológico*. Barcelona: Anthropos Editorial, 2009, p. 62.
- 32 *Ibidem*, p. 63.